

Brasil muda proposta de renegociação

O governo deverá alterar alguns pontos da sua proposta de renegociação da dívida externa para facilitar os entendimentos com os credores. Uma das alternativas em discussão é um pagamento maior de juros atrasados ainda este ano, superior aos US\$ 900 milhões, o

equivalente a 15% dos juros vencidos, propostos na semana passada aos credores. Os bancos querem que o País pague até 31 de dezembro pelo menos 25% dos atrasados — que somam US\$ 8,5 bilhões — o que significa um desembolso de US\$ 2,1 bilhões.

Segundo funcionários do governo, os negociadores da dívida brasileira deverão propor um pagamento superior aos US\$ 900 milhões, mas dificilmente chegarão ao patamar reivindicado pelos credores. O restante deste débito seria trocado por bônus com prazo de 15 anos.

As discussões com os credores estão agora centradas na questão do pagamento dos juros atrasados. Os credores, segundo funcionários do Ministério da Economia, estão inflexíveis quanto à vinculação do pagamento dos atrasados a um acordo que englobe a dívida de longo prazo. “Os bancos americanos querem resolver o problema de seus balanços, que fecham dia 31 de dezembro, e não querem discutir nada além disso”, informa este funcionário. O embaixador Jório Dauster admitiu ontem que este é um dos grandes problemas da ne-

gociação, mas assegurou que não há qualquer impasse. “A vinculação do pagamento dos atrasados ao acordo de longo prazo é um dos problemas a serem enfrentados, assim como a questão do montante de juros a ser pago ainda este ano”.

O governo brasileiro, depois da visita do presidente dos Estados Unidos, George Bush, ao País, teve que mudar sua estratégia de negociação. É que o governo contava com um apoio americano para a questão da dívida, semelhante ao que foi dado ao México, quando o secretário do Tesouro americano,

Nicholas Brady, chegou a convocar o Comitê Assessor dos Bancos Credores ao Departamento de Estado para acelerar um acordo.

No caso do Brasil, não só este apoio foi negado, como o presidente George Bush deixou bem claro que o Brasil precisa acertar os ponteiros com a comunidade financeira internacional. Depois dessa ducha de água fria, o governo determinou, anteontem, a volta da missão de negociadores que estava desde a semana passada em Nova Iorque reunida com o Comitê Assessor dos Bancos Credores.